



PREFEITURA
**SÃO JOÃO
DA BOA VISTA**

Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

TERMO DE REFERÊNCIA

**Construção de Represa do Rio Jaguari Mirim
Barragem de Contenção de Cheias e Lazer em
Consonância com o Plano de Macrodrenagem
da Cidade de São João da Boa Vista/SP.**

UNIDADE REQUISITANTE:

Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

CR 969041/2024 – Programa 2318 – Gestão de Riscos e Respostas a Desastres –
Ação 00TK – Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de
Águas Pluviais em Municípios Críticos Sujeitos a Eventos Recorrentes de
Inundações, Enxurradas e Alagamentos

Convênio PAC – Operação nº 1098.347-86

Regime: Contratação Semi-integrada – Lei nº 14.133/2021

Prazo: 24 meses (projetos, licenças e execução)



Sumário

TERMO DE REFERÊNCIA.....	1
Sumário.....	2
1. DESCRIÇÃO DO OBJETO.....	3
2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO	4
2.1. <i>Justificativa para adoção do regime de contratação semi-integrada</i>	4
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO.....	6
4. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO	7
4.1. <i>Habilitação Técnica</i>	7
4.2. <i>Habilitação Jurídica</i>	9
4.3. <i>Habilitação Econômica-Financeira</i>	9
4.4. <i>Regularidade Fiscal e Trabalhista</i>	9
4.5. <i>Participação de consórcios:</i>	11
4.6. <i>Subcontratação:</i>	11
5. EXECUÇÃO DO OBJETO.....	11
5.1. <i>Dos prazos e responsabilidades</i>	11
5.2. <i>Projeto Executivo</i>	12
5.3. <i>Normas Técnicas Aplicáveis à Elaboração de Projeto e Execução da Barragem</i>	12
5.4. <i>Continuidade do processo de licenciamento (cetesb), obtenção de Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI), Autorização de Supressão Vegetal (ASV) e Licença de Operação (LO)</i>	14
5.5. <i>Desenvolvimento e execução dos programas ambientais e todas as condicionantes da licença ambiental</i>	15
5.6. <i>Implementar todas as estruturas:</i>	20
5.7. <i>Canteiros e acampamentos</i>	21
5.8. <i>Fontes de materiais e depósitos</i>	22
5.9. <i>Depósitos de materiais – bota fora</i>	23
5.10. <i>Situação fundiária</i>	23
6. GESTÃO DO CONTRATO.....	24
6.1. <i>Constituem obrigações da CONTRATADA:</i>	24
6.2. <i>Constituem direitos da CONTRATANTE:</i>	25
6.3. <i>Constituem responsabilidades da CONTRATANTE:</i>	25
6.4. <i>Compromisso com integridade e anticorrupção</i>	26
7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	27
7.2. <i>Medições e recebimento:</i>	27
7.3. <i>TABELA DE ENTREGAS POR ETAPAS DO CONTRATO</i>	29
7.4. <i>DETALHAMENTO DAS ETAPAS DE MEDIÇÃO (TR 7.2) POR ITENS DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PO)</i>	30
7.5. <i>CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO PARA PROGRAMAS AMBIENTAIS E PROJETOS</i>	31
8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	32
8.1. <i>OS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS SERÃO:</i>	32
9. ESTIMATIVA DE PREÇOS	32
10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	32



1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação em regime semi-integrado, de empresa especializada ou consórcio, para elaboração do projeto executivo, obtenção e regularização das licenças, gestão dos programas ambientais e execução das obras civis da barragem, incluindo o caderno de detalhes técnicos, estrutura hidráulica, drenagem, ponte sobre o barramento, estabilização de taludes, revegetação, compensações ambientais e todas as obras necessárias ao funcionamento da Barragem, conforme condições e especificações desse Termo de Referências e seus documentos complementares.

O objeto da contratação tem natureza de Serviço Especial de Engenharia.

O prazo de execução será de 24 meses, e a vigência do contrato de 36 meses.

Podendo ser prorrogável mediante justificativa aprovada pela Administração.

LOCALIZAÇÃO DA OBRA:

Rio.....Jaguari Mirim

Sub-Bacia.....Jaguari Mirim

Bacia hidrográfica.....Mogi Guaçu

Município.....São João da Boa Vista/SP

Latitude..... 313.084,2

Longitude.....7.567.375,5

O acesso principal para o local de implantação da obra é feito a partir da cidade de São João da Boa Vista pela Rodovia SP344, sentido Vargem Grande do Sul/SP.



Figura 01 – Visão Geral do empreendimento



2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Essa contratação se justifica para reduzir os riscos de alagamento no município, atender a condicionantes ambientais, recuperar áreas degradadas e requalificar o espaço urbano e ambiental da bacia do Rio Jaguari Mirim, garantindo segurança hídrica, funcionalidade hidráulica e uso múltiplo das águas.

A Barragem do rio Jaguari Mirim será construída com a finalidade de usos múltiplos, compreendendo: controle de cheias e lazer e turismo. Com a construção da Barragem será criado um lago e possibilitará a ocupação ordenada do seu entorno, de acordo com as possibilidades prevista na legislação ambiental. O Projeto geral abrange a Barragem e o Reservatório. O empreendimento concretizará uma antiga demanda dos municípios.

Assim, serão atendidos os critérios de Engenharia (finalidade de Contenção de Enchentes), Econômico (menores custos de obras complementares, em relação às alternativas disponíveis) e de Meio Ambiente.

2.1. Justificativa para adoção do regime de contratação semi-integrada

Nos termos do artigo 46, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública pode adotar o regime de contratação semi-integrada quando, mesmo havendo projeto básico elaborado, verifica-se a necessidade de complementação técnica relevante detalhando-o a nível executivo e obtenção de licenças e autorizações que exigem soluções de engenharia especializadas, a serem desenvolvidas pelo contratado, mediante autorização da Administração, previamente à execução da obra.

No presente caso, trata-se da contratação para implantação da Barragem de Contenção de Cheias e Lazer no Rio Jaguari Mirim, localizada no Município de São João da Boa Vista/SP, empreendimento de alta complexidade técnica, vinculado ao Convênio nº 1098.347-86 (PAC – Gestão de Riscos e Respostas a Desastres), com prazo determinado para execução e repasse de recursos federais, através do termo de compromisso nº 969041/2024/MCIDADES/CAIXA.

Embora exista projeto básico consolidado, o empreendimento demanda a continuidade do processo de licenciamento ambiental (PROCESSO: IMPACTO 178/2025) para obtenção das Licenças Prévia (LP) e de Instalação (LI) e, futuramente, da Licença de Operação (LO), o que implica a necessidade de:

Elaboração e o desenvolvimento do projeto a nível executivo, com base em projeto básico existente e diretrizes ambientais atualizadas;

Adequação às condicionantes ambientais e elaboração dos Programas de Gestão Ambiental exigidos pela CETESB e demais órgãos intervenientes;

Compatibilização do projeto com novas exigências técnicas, normativas e territoriais surgidas desde a elaboração da proposta original;



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

Responsabilidade do contratado pela condução do processo de licenciamento ambiental e pelo desenvolvimento das soluções técnicas que atendam à nova realidade da área de intervenção.

Dada a complexidade do empreendimento, a interface com múltiplos órgãos reguladores, a necessidade de cumprimento de condicionantes ambientais específicas e a exigência de soluções técnicas inovadoras e integradas, não seria tecnicamente viável à Administração elaborar, por meios próprios, todos os documentos exigidos para um projeto executivo completo antes da contratação.

Dessa forma, justifica-se a adoção do regime de contratação semi-integrada, com base nos seguintes fundamentos:

Atendimento ao interesse público, diante da urgência da mitigação de riscos hidrológicos e da regularização ambiental;

Redução de riscos técnicos e jurídicos na implantação do empreendimento, por meio da transferência ao contratado da responsabilidade pela complementação do projeto e pela obtenção das licenças;

Garantia de maior eficiência e economicidade à contratação, possibilitando soluções mais atualizadas, eficazes e compatíveis com o local e a legislação vigente.

Assim, a contratação será formalizada com base em projeto básico pré-existente, exigindo-se do contratado a elaboração do projeto executivo completo, a regularização ambiental integral e a execução das obras e serviços, observando-se todas leis e normas técnicas e ambientais aplicáveis, conforme previsto no Termo de Referência.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A Execução das Obras da Barragem de Contenção de Cheias e Represa do Rio Jaguari Mirim em São João da Boa Vista/SP devem se basear no projeto básico existente, que poderá ser alterado, mediante prévia autorização da Administração, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico. Tal projeto básico deve subsidiar a elaboração do projeto executivo e caderno de detalhes, executando a regularização e gestão ambiental completa, dando continuidade ao processo de licenciamento ambiental já protocolado (PROCESSO: IMPACTO 178/2025; e-ambiente CETESB.049257/2025-02), cumprindo as condicionantes e programas ambientais que forem aprovados no licenciamento e implantação conforme cronograma físico-financeiro, deve contemplar os serviços de supressão vegetal e limpeza da área a ser inundada pela REPRESA realizando o “enleiramento” da madeira fora da faixa da APP do reservatório, mediante a utilização de mão de obra especializada e equipamentos mecânicos, tudo de acordo com a Autorização de Supressão Vegetal a ser emitida e em conformidade com as Especificações Técnicas.

A Contratada deverá elaborar todos os estudos, levantamentos e relatórios necessários para a execução da obra, bem como obter todas as licenças. Será responsabilidade da contratada cumprir todas as condicionantes das licenças e autorizações ambientais, bem como atender às solicitações dos órgãos intervenientes, além das leis e normas ambientais vigentes. Caberá à contratada formalizar uma Declaração de Responsabilidade Ambiental.

O resultado pretendido pela administração é a finalização das obras e licenciamento ambiental completo da Barragem de Contenção de Cheias e Represa do Rio Jaguari Mirim em São João da Boa Vista/SP.



4. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada mediante Concorrência.

4.1. Habilitação Técnica

4.1.1. Apresentar Certidão de Registro de Inscrição junto ao CREA do responsável técnico, engenheiro civil, e dos profissionais da empresa envolvidos diretamente no projeto;

4.1.2. Apresentar Certidão de Registro ou Inscrição junto ao CREA da empresa;

4.1.3. Visita Técnica: A visita técnica para conhecimento das condições locais da prestação do serviço é FACULTATIVA e poderá ser agendada com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, junto ao Departamento de Gestão e Planejamento Urbano, no horário das 07h às 11h das 13h às 17h, pelo telefone (19) 3631-7704 ou (19) 3622-3447 ou através do seguinte endereço: Rua Ana de Oliveira, 27, Centro, por pessoa devidamente credenciada pela empresa proponente, acompanhado pelo representante do contratante.

4.1.4. A contratada deverá apresentar comprovação da capacidade Técnico-Profissional, exigindo profissionais com acervo técnico (CAT) emitidas pelo conselho profissional competente, que comprovem a responsabilidade técnica por execução de projetos hidráulicos, elaboração de projetos executivos e gestão de licenciamento ambiental (CETESB/PRAD);

4.1.5. Os Certificados de Acervo Técnico (CAT) devem ser apresentados acompanhados das respectivas ARTs.

4.1.6. Comprovação de qualificação operacional da empresa na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, no(s) qual(ais) se indique(m) a execução de, no mínimo:



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

Descrição	Quantidade Total	Comprovação	Unid.
Aplicação de concreto CCR (Rolado) em barragens;	6.709	3.354	m³
Aplicação de concreto CCV (Vibrado – Estrutural);	8.774	2.887	m³
Armação em aço CA-50;	523.000	261.500	kg
Escavação mecanizada de material não rochoso ¹ ;	377.812	188.906	m³
Escavação em rocha a frio;	19.997	9.998	m³
Aterro compactado com controle tecnológico em barragens ² ;	74.843	37.421	m³
Execução de filtros de areia em barragens ³ ;	3.686	1.843	m³
Execução de “Enrocamentos” ⁴ ;	6.020	3.010	m³
Transporte de material escavado “solo”;	1.384.574	692.287	m³*km
Elaboração de projetos de Barragens;	1	1	un.
Elaboração e Execução de Programas Ambientais em Barragens;	1	1	un.
Execução de Ponte Rodoviária em concreto, padrão DER/DNIT.	1232	616	m²

Justificativas técnicas

¹ Embora apresente menor peso relativo no orçamento global comparado às estruturas civis, a escavação mecanizada de material não rochoso é uma das fases iniciais e mais extensas de uma obra, impactando criticamente o cronograma geral. Uma execução ineficiente, com atrasos ou retrabalhos, compromete diretamente as etapas subsequentes, gerando potenciais atrasos no prazo final e custos adicionais. Além disso, o manuseio e transporte de grandes volumes de material escavado exigem um planejamento logístico rigoroso e uma equipe experiente na coordenação de frentes de trabalho, essenciais para otimizar o fluxo, evitar gargalos e garantir a destinação correta do material.

² A execução de aterro compactado com controle tecnológico é uma etapa fundamental e crítica para a estabilidade e segurança de barragens. Como estruturas de terra, a integridade e segurança da barragem estão intrinsecamente ligadas à qualidade desse aterro. É imperativo atingir os parâmetros de densidade e umidade especificados em projeto, pois isso garante a resistência ao cisalhamento do solo e previne recalques excessivos ou diferenciais, que poderiam culminar em rupturas ou deformações catastróficas da estrutura. Dada a natureza devastadora da falha de uma barragem, a execução inadequada do aterro compactado se configura como o principal fator de risco para tal evento.

³ A execução de filtros de areia em maciço é um componente indispensável para a estabilidade e longevidade de uma barragem. Sua função primordial é coletar e



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

dissipar a água infiltrada no corpo da estrutura, evitando o acúmulo de pressões hidrostáticas que, ao reduzirem a resistência do solo, comprometem diretamente a estabilidade do maciço. A falha na execução desses filtros pode resultar no carreamento de partículas finas pelo fluxo d'água, criando galerias internas e provocando a ruína progressiva da barragem. Por isso, a especificação e aplicação do material filtrante exigem um controle de qualidade rigoroso e contínuo. Adicionalmente, a técnica de assentamento deve garantir a perfeita continuidade do filtro e a proteção eficaz de suas interfaces com o solo do maciço.

⁴ A execução de enrocamentos é vital para a proteção contra processos erosivos e a garantia da estabilidade do ciclo de vida da barragem. Eles formam uma camada robusta de proteção superficial que dissipa a energia das ondas, correntes d'água e intemperismo. Esta ação previne a erosão dos taludes, tanto de montante quanto de jusante, assegurando a manutenção da geometria e a estabilidade estrutural. A erosão descontrolada compromete a integridade do maciço, podendo expor seu material, levar à degradação progressiva e à perda da capacidade de suporte da estrutura. Portanto, a escolha criteriosa da granulometria e a técnica de assentamento são indispensáveis para garantir o intertravamento adequado entre as peças e a eficácia da proteção. Uma execução deficiente resulta na desagregação do enrocamento e na falha da camada protetora, colocando em risco a barragem.

A relevância dos itens não enumerados justifica-se por sua essencialidade na comprovação da capacidade técnica da contratada, visto que representam valor individual igual ou superior a 4% do montante total estimado da contratação.

- 4.1.7. Além dos pontos acima, o contratado deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a execução como requisito para celebração do contrato.

4.2. Habilitação Jurídica

- 4.2.1. A contratada deverá apresentar comprovação da existência jurídica e regularidade do estatuto ou contrato social, demonstrando que o objeto social da empresa é compatível com a engenharia pesada de barragens.

4.3. Habilitação Econômica-Financeira

- 4.3.1. A contratada deverá apresentar comprovação da Demonstração de capacidade financeira compatível com o vulto da obra, mediante balanço patrimonial líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação e índice de liquidez mínimo de 1,0 para apurar o Quociente de Liquidez Geral (QLG) e Quociente de Liquidez Corrente (QLC) que assegurem a execução do cronograma de 24 meses, pois, conforme Acórdão nº 247/2003 do TCU e voto do Conselheiro Dr. Robson Marinho no bojo do processo TC-001365/010/08 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, os índices mínimos variáveis entre 1,0 e 1,5, são corriqueiramente utilizados por àquela Corte de Contas com o fim de apurar a boa saúde financeira da empresa a ser contratada, sem que haja excesso de rigorismo ou cerceamento ilegal de participação de licitantes.

4.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- 4.4.1. A contratada deverá apresentar comprovação da regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como prova de inexistência de débitos



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT) e regularidade com o FGTS.

4.4.2. A contratação para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, bem como aquelas vedações previstas no artigo 48 da Lei 14.133/21.

4.4.3. A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os recursos humanos, equipamentos, materiais, instrumentos, ferramentas e dispositivos específicos necessários à execução do OBJETO descrito no conjunto de Projetos, Memoriais, Licenças e Documentos Anexos, disponibilizados nesse TERMO e seus anexos.

4.4.4. Garantia e riscos de engenharia

Dada a magnitude da obra, será exigido:

- **Garantia de execução contratual na modalidade Seguro-garantia:** Com cláusula de retomada, garantindo que a seguradora, em caso de inadimplência da contratada, cumpra as obrigações assumidas pela contratada perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, conforme art. 102 da Lei 14.133/2021. A garantia de execução contratual será de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, patamar justificado pela natureza de serviço especial de engenharia e pela alta complexidade técnica e riscos envolvidos nas etapas de construção, operação e manutenção, bem como pelo expressivo montante do investimento.
- **Seguro de Riscos de Engenharia:** Cobertura obrigatória para danos causados por eventos climáticos (cheias do Rio Jaguari Mirim) durante a fase de construção.
- **Garantia pós-obra:** o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pelas substituições necessárias.



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

4.5. Participação de consórcios:

4.5.1. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio limitada ao número máximo de 03 (três) integrantes. Tal limitação é motivada pela complexidade multidisciplinar do objeto que integra a execução de obras, a elaboração de projetos executivos e o gerenciamento de licenciamento ambiental (Processo 178/2025), exigindo uma governança operacional coesa que seria comprometida pela pulverização de responsabilidades entre um número excessivo de consorciados. A fixação deste limite visa ainda mitigar riscos de conflitos decisórios internos e garantir a viabilidade da fiscalização administrativa e a segurança da solidariedade jurídica, assegurando que a soma de capacidades técnicas e financeiras ocorra sem prejuízo à agilidade executiva e ao cumprimento do cronograma físico-financeiro do empreendimento. A Empresa Líder, necessariamente, deverá ser uma das empresas de execução das obras.

4.6. Subcontratação:

4.6.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor contratado, para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional, definidas como as parcelas de maior relevância. Para os demais serviços contratados, não será admitida a subcontratação. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Dos prazos e responsabilidades

5.1.1. O início da execução do objeto ocorrerá em no máximo 5 (cinco) dias contados a partir da emissão da ordem de início de serviços

5.1.2. O prazo de execução do objeto será de 24 meses conforme cronograma.

5.1.3. O prazo do contrato será de 36 meses.

5.1.4. A CONTRATADA fica responsável pela observância de todas as Normas e legislações pertinentes. Devendo apresentar cronogramas, relatórios mensais, ARTs e garantias.



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

5.2. Projeto Executivo

5.2.1. – Do Projeto Executivo e Documentação Técnica

A Contratada é responsável por complementar e detalhar o Projeto Básico existente, desenvolvendo-o até o nível de Projeto Executivo, conforme exigido no Art. 6º, inciso XXXIII da Lei nº 14.133/2021, observando as diretrizes do Manual de Obras Hidráulicas do DNIT ou equivalente, das Normas da ABNT (como NBR 6122, NBR 7187, NBR 8681, NBR 8961, NBR 13028, NBR ISO 14001), das Resoluções CONAMA e demais legislações e normativos técnicos pertinentes à matéria.

O Projeto Executivo, entendido como conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes, deverá conter, no mínimo:

- 5.2.1.1. Plantas, cortes, perfis e detalhes técnicos;
- 5.2.1.2. Memorial Descritivo completo, com Caderno de Encargos compatível com a Planilha Orçamentária;
- 5.2.1.3. Plano de Execução das obras e cronogramas físico-financeiros;
- 5.2.1.4. Plano de Controle Tecnológico de Materiais e Serviços;
- 5.2.1.5. Plano de Gestão de Riscos da Obra e plano de sinalização e segurança;
- 5.2.1.6. Caderno de Detalhes Técnicos das estruturas;
- 5.2.1.7. Relação de normas técnicas utilizadas e ARTs correspondentes.

O Projeto Executivo deverá seguir todas as normas técnicas brasileiras (ABNT NBR) aplicáveis, conforme relação apresentada na Tabela abaixo:

5.3. Normas Técnicas Aplicáveis à Elaboração de Projeto e Execução da Barragem

Norma (ABNT NBR)	Título	Aplicação
NBR 6122	Projeto e execução de fundações	Dimensionamento de fundações da barragem e obras associadas
NBR 7181	Análise granulométrica	Caracterização dos solos
NBR 7182	Ensaio de compactação	Compactação de aterros e corpo da barragem
NBR 11682	Estabilidade de taludes	Avaliação e controle de estabilidade
NBR 6502	Rochas e solos — Terminologia	Terminologia técnica
NBR 8044	Projeto geotécnico — Procedimento	Projetos geotécnicos
NBR 5629	Execução de tirantes em solos e rochas	Contenções e reforço de estruturas
NBR 11627	Ensaio de permeabilidade in situ	Investigação de solo
NBR 6118	Projeto de estruturas de concreto	Estruturas em concreto armado da barragem
NBR 14931	Execução de estruturas de concreto	Execução conforme projeto estrutural
NBR 12655	Concreto — Preparo, controle e recebimento	Controle tecnológico do concreto
NBR 16312	Concreto compactado com rolo (CCR)	Aplicação do concreto rolado no corpo da barragem



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

NBR 5738	Moldagem e cura de corpos de prova	Controle laboratorial
NBR 12211	Projeto de redes de distribuição de água	Sistemas hidráulicos internos de abastecimento/distribuição de água
NBR 8890	Projeto de rede coletora de águas pluviais	Drenagem e captação
NBR 12215	Projeto de canais de irrigação	Canal de restituição e bacia de dissipação
NBR ISO 748	Medição de vazão em canais abertos	Hidrometria na barragem
NBR ISO 4369	Medição em rios	Estudo de vazões e segurança hidráulica
NBR ISO 14001	Sistema de gestão ambiental	Gestão ambiental da obra
NBR 10004	Resíduos sólidos — Classificação	Gestão de resíduos
NBR 12284	Áreas de vivência em canteiros de obras	Condições sanitárias e habitacionais
NBR 13221	Transporte de resíduos	Logística ambiental
NBR 16246	Supressão e poda de árvores	Desmatamento e limpeza do reservatório
NBR 13028-1	Elaboração, apresentação de projeto e avaliação de segurança de estruturas para reservação de água Parte 1: Terminologia	Terminologia técnica
NBR 13028-2	Elaboração, apresentação de projeto e avaliação de segurança de estruturas para reservação de água Parte 1: Requisitos	Segurança de estruturas para reservação de água
NBR 17188	Ruptura hipotética — Diretrizes	aborda o estudo de ruptura
NBR 17189	Instrumentação em barragens – Requisitos	Requisitos de instrumentação de auscultação
NBR 14055-2	Gestão ambiental – diretrizes para o estabelecimento de boas práticas de combate à degradação da terra e desertificação Parte 2: Estudos de casos regionais	Boas práticas no manejo da terra para evitar ou minimizar a degradação da terra
NBR 5410	Instalações elétricas de baixa tensão	Estruturas de apoio e sistemas elétricos
NBR ISO 45001	Saúde e segurança ocupacional	Segurança do trabalho
NBR 5419	Proteção contra descargas atmosféricas	Sistemas elétricos e estruturas externas



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

Produtos a serem entregues para fins de medição nesta etapa:

- 5.3.1. Memorial Descritivo detalhado contendo todos os serviços da Planilha Orçamentária;
- 5.3.2. Projeto Executivo completo e validado, incluindo caderno de encargos;
- 5.3.3. Protocolos de entrega de documentação aos órgãos ambientais competentes;
- 5.3.4. Comprovação da obtenção ou do andamento das licenças (LI, ASV, LO);
- 5.3.5. Plano de Controle Ambiental e dos Programas Ambientais a serem implementados

A entrega do projeto deverá ser em formato aberto (como DWG, IFC, Excel) além do PDF, para garantir interoperabilidade.

5.3.6. Alterações no Projeto Básico

A Contratada poderá propor alterações no Projeto Básico, mediante prévia autorização da Administração, desde que não comprometam a finalidade e os elementos essenciais do objeto e não ultrapasse o valor global da proposta adjudicada. Demonstrando a superioridade das inovações propostas pela contratada em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, melhoria de desempenho ambiental, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo a contratada a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.

5.3.7. Prazos para reapresentação documental

No caso de não aprovação parcial ou total dos produtos entregues, a Contratada deverá reapresentar os documentos no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contados da notificação formal da Fiscalização.

5.4. Continuidade do processo de licenciamento (cetesb), obtenção de Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI), Autorização de Supressão Vegetal (ASV) e Licença de Operação (LO)

5.4.1. Continuidade do Processo e Obtenção da LP e LI: A Contratada deverá assumir a titularidade e todas as responsabilidades pela condução do processo de licenciamento ambiental já em trâmite na CETESB (PROCESSO: IMPACTO 178/2025; e-ambiente CETESB.049257/2025-02), atualmente em fase de solicitação de Licença Prévia (LP). A Contratada deverá apresentar toda a documentação técnica, estudos e complementações exigidas pela CETESB para a obtenção da Licença de Instalação (LI) de forma subsequente ou concomitante. A Contratada deverá protocolar a solicitação formal de continuidade e obtenção da Licença de Instalação (LI) em até 30 (trinta) dias corridos a partir da ordem de início dos serviços. Desenvolvimento e execução dos Programas Ambientais e todas as condicionantes da nova Licença Ambiental;

5.4.2. Obtenção da ASV e LO: A Contratada deverá protocolar os pedidos de Autorização de Supressão Vegetal (ASV) e Licença de Operação (LO) nos seguintes prazos:

ASV: até 30 dias corridos após emissão da nova LI;

LO: até 90 dias antes da conclusão da obra civil.



5.5. Desenvolvimento e execução dos programas ambientais e todas as condicionantes da licença ambiental

5.5.1. Escopo dos Programas Ambientais (Processo CETESB.049257/2025-02)

A CONTRATADA será responsável pela elaboração de relatórios e implementação de todas as ações e Programas Ambientais exigidos pelos Órgãos Ambientais (Municipal, Estadual e Federal) para a obtenção da Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).

O escopo detalhado dos programas a serem executados está descrito no ANEXO III - DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS" deste Termo de Referência, documento este que faz parte da documentação técnica em tramitação no processo CETESB.049257/2025-02.

5.5.2. Plano de Trabalho Ambiental (PTA)

A Contratada deverá elaborar e entregar o Plano de Trabalho Ambiental (PTA) (conforme item 1.2.0.5 da PO) detalhando a gestão, metodologia e cronograma de execução de todos os Programas e Subprogramas Ambientais listados nesta seção, em conformidade com as exigências da Licença de Instalação (LI). A aprovação da Fiscalização e do Órgão Ambiental é requisito para o início da execução dos programas subsequentes.

5.5.3. Laudo de Caracterização da Vegetação

A Contratada deverá elaborar e entregar o **Laudo de Caracterização da Vegetação** (conforme item 1.2.0.4 da PO), detalhando a quantificação, classificação fitossociológica e localização georreferenciada da vegetação a ser suprimida para instruir o processo de obtenção da Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) junto ao órgão ambiental.

5.5.4. Programa de Monitoramento Arqueológico

O escopo da Contratada inclui a execução do **Programa de Monitoramento Arqueológico** (conforme item 1.2.0.16 da PO), devendo ser realizado durante todas as fases de terraplenagem e intervenção no solo, seguindo as diretrizes e prazos de relato do **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**, com a devida ART de profissional habilitado em Arqueologia.

5.5.5. Programa de Uso e Operação do Reservatório

A Contratada deverá elaborar e entregar o **Programa de Uso e Operação do Reservatório** (conforme item 1.2.0.25 da PO), o qual definirá as regras operacionais, os níveis de alerta e procedimentos pós-enchimento, complementando o Plano de Segurança da Barragem

5.5.6. Banco de Dados, Resumo Executivo e Sistema Operacional de Monitoramento

A Contratada deverá entregar o **Banco de Dados Georreferenciado** e o **Sistema Operacional de Monitoramento** (conforme item 1.2.0.26 da PO). O Banco de Dados deverá consolidar todas as informações georreferenciadas (Shapefile/KMZ) dos projetos, da execução e dos monitoramentos ambientais. O **Resumo Executivo** será a síntese final de todo o trabalho para divulgação à sociedade.



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

5.5.7. Conteúdo Mínimo de Referência (Base LI 2569/19):

Sem prejuízo das atualizações e exigências adicionais que venham a ser solicitadas no âmbito do processo CETESB.049257/2025-02, a Contratada deverá utilizar como referência para o conteúdo mínimo de atendimento as obrigações listadas abaixo (constantes na LI 2569/19, que foi arquivada):

- I. Elaborar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Comunicação Social, comprovando a implementação de:
 - As atividades desenvolvidas no período;
 - A equipe técnica responsável;
 - Os resultados obtidos;
 - A avaliação de desempenho do programa;
 - O cronograma de atividades do próximo período;
 - Os registros fotográficos datados;
 - A divulgação e a manutenção de um canal de comunicação permanente com a população, visando minimizar eventuais problemas relacionados ao tráfego e incômodos gerados pelas obras.
- II. Comprovar, no primeiro relatório quadrimestral de acompanhamento de Programa de comunicação social as ações de com a comunicação social realizadas com a população afetada e limdeira ao empreendimento sobre as ações previstas para implantação do reservatório, comprovando a divulgação com registros fotográficos datados, lista e presença, entre outros.
- III. Elaborar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do **Programa de Gestão Ambiental das Obras** e respectivos Subprogramas:
 - Controle de Erosão,
 - Assoreamento e Estabilidade de Taludes,
 - Controle de Poluição nos canteiros de obras e Frentes de Trabalho,
 - Interferências nas infraestruturas,
 - Informando, no mínimo:
 - Sobre avanço da obra, as atividades desenvolvidas no período relativo ao controle de erosão e assoreamento;
 - Gerenciamento sobre resíduos e efluentes;
 - Equipe técnica responsável;
 - Avaliação do desempenho do programa;
 - As não-conformidades encontradas e as medidas adotadas correlativas adequadas, incluindo registros fotográficos e o cronograma de atividades para o próximo período;
 - Anotação e responsabilidade técnica – ART CREA;
- IV. Elaborar relatórios quadrimestrais de acompanhamentos dos **Programas de Monitoramento Limnológico** e de qualidade da água, informando sobre as atividades realizadas, avaliando as alterações da qualidade das águas e relacionando-as com as obra, os usos e ocupação dos solos, e águas da bacia de contribuição do reservatório. Elaborar e Apresentar ainda os resultados da análises quadrimestrais dos parâmetros físicos, químicos e biológicos, eventuais não-conformidades identificadas e as respectivas medidas adotadas, e o cronograma de atividades para o próximo período.
- V. Coordenar Programa de monitoramento Limnológico e de qualidade da água na área do reservatório, de forma a avaliar a área de remanso, corpo central e próximo a área da barragem, composto de uma malha amostral de pontos georreferenciados (1 ponto a montante do



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

reservatório, 3 pontos no reservatório e 1 ponto a jusante da barragem);

- VI. Elaborar relatórios quadrimestrais do **Programa de desmatamento e limpeza do reservatório** e do subprograma de limpeza da área do reservatório, contemplando, no mínimo:
- o As atividades desenvolvidas no período;
 - o Os registros fotográficos datados;
 - o Avaliação dos resultados obtidos;
 - o Cronograma de atividades para o próximo período;
- VII. Elaborar e apresentar junto ao primeiro relatório quadrimestral de acompanhamento de **Programa de Gestão Ambiental das Obras**, o detalhamento da proposta de controle de lançamento clandestinos no reservatório e do aporte de caras orgânicas oriundas de esgoto, prevendo-se o cadastro dos eventuais lançamentos e medidas para adequação.
- VIII. Incluir no primeiro relatório quadrimestral de acompanhamento e subprograma de contratação e desmobilização e mão de obra do programa de gestão ambiental de obras, informações relativas a demanda de postos de trabalhos nas diferentes fases da obra, bem como o detalhamento e comprovação de adoção de medidas que priorização a contratação de mão de obra local;
- IX. Elaborar relatório quadrimestral do **Programa de Reflorestamento e Enriquecimento da Mata Ciliar**, contendo no mínimo: metodologia empregada, imagem de satélite com indicação do avanço das atividades de plantio e metas para a próxima etapa, proposta de corredores para a Fauna, ocorrência de não conformidades e medidas correlativas adotadas,
- X. Elaborar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do **Programa de monitoramento da Fauna terrestre**, contemplando, no mínimo: as atividades desenvolvidas, monitoramento realizados, metodologia empregada, localização dos pontos de amostragem em foto aérea georreferenciada, registros fotográficos das atividades, avaliação crítica dos resultados obtidos, equipe técnica responsável, com respectiva ART e cronograma para o próximo período;
- XI. Elaborar relatórios quadrimestrais do programa e afugentamento e resgate de Fauna contendo, no mínimo:
- A metodologia empregada conforme as diretrizes do Parecer técnico n. 143/19/IE (em anexo), relato e registro fotográfico das atividades realizadas, formas de registro, resultados obtidos, análise crítica dos resultados, balanço de animais resgatados, feridos e mortos, relato de não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas, atividades previstas para o próximo período e equipe técnica responsável.
- XII. Elaborar, ao menos 6 meses antes da previsão do término das obras e junto ao relatório quadrimestral de acompanhamento respectivo, o detalhamento da proposta das ações de resgate para as fases de supressão vegetal na área do reservatório e de enchimento.
- XIII. Elaborar, antes das manobras de desvio do Rio Jaguari-Mirim o detalhamento do **Subprograma de Resgate de Ictiofauna**, contemplando, no mínimo: previsão de resgate durante as atividades de desvio do rio, envolvendo áreas como canal principal do Rio (poças e áreas de remanso e outros habitats onde possa haver indivíduos presos, como no meandro de Rio Jaguari-Mirim que será atravessado pelas obras do canal de restituição), técnicas de captura dos peixes, localização de pontos de soltura, cronograma e equipe técnica responsável;
- XIV. Elaborar relatório quadrimestral de acompanhamento ao **programa de conservação e monitoramento da Ictiofauna** e respectivos subprogramas de monitoramento de Ictiofauna e de



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

resgate de Ictiofauna, contendo, no mínimo:

- Relato de registro fotográfico das atividades realizadas;
- Localização georreferenciada dos pontos de coleta, soltura e áreas de reprodutivas identificadas em arquivo (formato KLM/KMZ/e shapefile); o Identificação dos indivíduos resgatados,
- Avaliação crítica dos resultados obtidos,
- Proposição de medidas mitigatórias e compensatórias adicionais que se fizeram necessárias,
- Equipe técnica com respectiva ART
- Cronograma para o próximo período;

- XV. Elaborar os relatórios quadrimestrais de acompanhamento de do subprograma de interferências em infraestruturas, contendo:
- As atividades realizadas a comprovação das ações implementadas em interface com o programa de comunicação social e a comprovação da realização e obras necessárias para a manutenção dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta de esgoto e destruição de energia elétrica, bem como a obtenção de anuência final pela ARTESP quanto a ponte da Rodovia SP344
- XVI. Elaborar relatório quadrimestral de acompanhamento do **programa de monitoramento do Lençol freático** com a descrição das atividades desenvolvida nas campanhas mensais iniciadas 1(um) ano antes do enchimento do reservatório, equipe técnica responsável, registros fotográficos, perfis esquemático dos poços com nível d'água, resultados nas medições e avaliação dos resultados.
- XVII. Elaborar o **Programa de Desmatamento e Limpeza do Reservatório** e realizar seu licenciamento junto aos órgãos necessários, com projeto em nível executivo, contendo, no mínimo: as atividades previstas, com detalhamento dos cuidados e ações preventivas à intervenção nas áreas de plantio previamente realizado na APP; cronograma de execução; indicação do número de frentes de supressão/margem em imagem de satélite; o treinamento dos empregados; os métodos e procedimentos de trabalho ambientalmente adequados para a limpeza; e equipe técnica responsável pela elaboração e acompanhamento das atividades em campo com as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs).
- XVIII. Elaborar o detalhamento do **Subprograma de Limpeza da Área do Reservatório**, contemplando no mínimo: a equipe técnica responsável; as atividades a serem desenvolvidas, incluindo a metodologia de remoção do material de supressão de vegetação e outros resíduos, a remoção da camada superficial de solo e o mapeamento georreferenciado e descrição das medidas para a desinfecção de fossas, currais e pocilgas; o cronograma de execução; e, as formas de disposição dos materiais provenientes da limpeza.
- XIX. Elaborar relatório consolidado do **Programa de Reflorestamento e Enriquecimento da Mata Ciliar**, comprovando a conclusão das atividades de plantio e apresentando a proposta de um Subprograma de Monitoramento das Áreas Reflorestadas do Programa de Gestão Ambiental da Operação, com cronograma de atividades compatível com a Resolução SMA 32/2014.



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

- XX. Comprovar a Intensificação das atividades do **Subprograma de Controle de Processos Erosivos e de Assoreamento** durante a supressão de vegetação e destoca. Bem como demolição e remoção de entulhos provenientes de benfeitorias existentes em toda área da bacia de alagamento.
- XXI. Elaborar relatório final conclusivo do **Programa de Comunicação social** para as etapas de planejamento e implantação, com o balanço das atividades desenvolvidas, resultados obtidos e a avaliação da implementação do Programa.
- XXII. Elaborar relatório final do **Programa de Gestão Ambiental das Obras** e respectivos Subprogramas (Controle de Erosão, Assoreamento e Estabilidade de Taludes; Controle de Poluição nos Canteiros de Obras e Frentes de Trabalho; Interferências nas Infraestruturas), contemplando no mínimo, a equipe técnica responsável, as atividades desenvolvidas durante as obras, a avaliação da implementação do Programa e comprovação do encerramento ambientalmente adequado da obra e da destinação adequada de resíduos, efluentes e material excedente das escavações, por meio de descritivos e registros fotográficos, incluindo a recuperação/recomposição das áreas afetadas, em especial das áreas de apoio à obra.
- XXIII. Elaborar o Programa de Gestão Ambiental da Operação e respectivos Subprogramas (Controle de Processos Erosivos e Assoreamento e de Monitoramento Limnológico e Qualidade d'água) contendo, no mínimo: a metodologia, equipe técnica responsável e cronograma de atividades.
- XXIV. Incluir no detalhamento do **Subprograma de Controle de Processos Erosivos e Assoreamento** do Programa de Gestão Ambiental da Operação, no mínimo:
- o equipe técnica responsável, atividades e procedimentos a serem desenvolvidos para controle das margens do reservatório e taludes no entorno; ações de dragagem de manutenção previstas e respectiva destinação final do sedimento observando-se as diretrizes da Resolução SMA 36/2017; os mecanismos de gestão; as formas de acompanhamento, incluindo uso de indicadores ambientais e avaliação das não conformidades, e, cronograma de atividades.
- XXV. Elaborar relatório consolidado do Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água, contemplando o balanço das atividades desenvolvidas; a avaliação crítica das medidas mitigadoras adotadas e a proposta de continuidade das atividades no âmbito de um Subprograma de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água incorporado ao Programa de Gestão Ambiental da Operação;
- XXVI. Elaborar o Subprograma de Monitoramento de Macrófitas e Controle de Vetores, no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, contendo no mínimo: equipe técnica responsável, descrição das atividades de monitoramento, periodicidade, ações de controle e manejo das macrófitas.
- XXVII. Elaborar relatório consolidado do **Programa de Desmatamento e Limpeza do Reservatório e do Subprograma de Limpeza da Área do Reservatório**, contendo o balanço das atividades executadas e avaliação crítica dos resultados obtidos.
- XXVIII. Comprovar o atendimento aos **Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental** – TCRA's firmados junto a CETESB/IE.
- XXIX. Elaborar relatório consolidado dos **Programas de Monitoramento da Fauna Terrestre e de Afugentamento e Resgate de Fauna**, contemplando no mínimo, as atividades desenvolvidas, monitoramentos realizados, os métodos empregados, as eventuais não conformidades e medidas corretivas adotadas, os resultados obtidos, com quantitativos dos procedimentos (resgate, soltura,



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

afugentamento, eventuais óbitos), registros de recebimento de animais, análise crítica dos resultados das fases de supressão de vegetação e proposta de continuidade das atividades de monitoramento durante a fase de operação e de resgate de fauna durante a fase de enchimento do reservatório

- XXX. Elaborar o relatório conclusivo do **Programa de Conservação e Monitoramento da Ictiofauna** e respectivos Subprogramas de Monitoramento da Ictiofauna e de Resgate Ictiofauna, contemplando, no mínimo: balanço das atividades desenvolvidas, os métodos empregados, as eventuais não conformidades e medidas corretivas adotadas, os resultados obtidos com quantitativos dos procedimentos (resgate, soltura, espécies levantadas), análise crítica dos resultados, proposição de medidas mitigadoras e monitoramento durante a fase de operação.
- XXXI. Comprovar a fixação de alambrados nas laterais da escada de peixes e a implantação de portão na saída da escada que viabilize ações de monitoramento da estrutura. Informar eventuais ajustes realizados no STP em função dos resultados do Subprograma de Monitoramento da Ictiofauna; e Elaborar proposta de monitoramento da estrutura a ser realizado no âmbito do Subprograma de Monitoramento da Ictiofauna do Programa de Gestão Ambiental da Operação.
- XXXII. Elaborar o relatório consolidado do Subprograma de Interferências em Infraestruturas, comprovando a execução de todas as obras necessárias para a manutenção dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta de esgoto e distribuição de energia elétrica após o enchimento do reservatório e os termos de quitação/termo de recebimento ou anuência das respectivas concessionárias e/ou operadoras. Comprovar a obtenção da anuência da concessionária da Rodovia SP-344 previamente à liberação do tráfego de ligação desse viário com bairro.
- XXXIII. Elaborar o relatório consolidado do Programa de Monitoramento do Lençol Freático, comprovando as atividades de monitoramento mensais desenvolvidas em período não inferior a 12 meses; o relato das medidas adotadas e previstas para o enchimento do reservatório; as formas de compensação para eventuais perdas de áreas em função de encharcamentos e instabilizações de infraestruturas (edificações, pontes, etc.); equipe técnica responsável, com respectivos registros profissionais.
- XXXIV. Elaborar as manifestações da Agência Nacional de águas – ANA quanto à implementação do Plano de Segurança da Barragem. O Plano de Segurança de Barragem será elaborado pela CONTRATADA.

5.6. Implementar todas as estruturas:

- 5.6.1. A CONTRATADA deverá implementar todas as estruturas: barragem, vertedouro, canal de restituição, bacia de dissipação, acessos e drenagem, conforme etapas previstas no projeto básico e cronograma.
- 5.6.2. A CONTRATADA deverá dar atenção especial às condições locais, tais como a pluviosidade, a hidrologia, clima, condições ceráunicas, localização das obras e seus acessos e demais fatores que implicam em dificuldades de execução dos serviços, suprimentos, fixação do homem entre outros. Ao elaborar a sua proposta, o CONTRATADA deverá considerar adequadamente a influência dos problemas decorrentes da região em que a obra está localizada e a forma de superá-los.
- 5.6.3. A CONTRATADA também deverá estar plenamente informada de tudo o que se relaciona com o tipo, a qualidade e a quantidade dos materiais que se encontram na superfície do solo e no subsolo, ainda que para tal necessite realizar investigações adicionais



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

às realizadas no local da obra e incluídas nos Documentos de Licitação e seus complementos.

- 5.6.4. A CONTRATADA deverá certificar-se de todas as condições meteorológicas da área, índices pluviométricos mensais, as vazões do Rio e sua influência nas condições de tráfego das vias de acesso e facilidades da região, bem como de todos os demais fatores que possam afetar a execução dos serviços.
- 5.6.5. O acesso ao local das obras pela Margem Direita se faz a partir da cidade de São João da Boa Vista pela Av. Dr. Luís Gambeta Sarmento
- 5.6.6. O acesso ao local das obras pela Margem Esquerda se faz a partir da cidade de São João da Boa Vista em direção a cidade de Vargem Grande do Sul, Rodovia SP344
- 5.6.7. A manutenção do trecho de estradas de terra, durante a execução da obra, será por conta da CONTRATADA, que se obrigará a respeitar as restrições de tráfego requeridas pelas condições das vias após grandes precipitações pluviométricas. Estes custos deverão ser incluídos no seu BDI.
- 5.6.8. A CONTRATADA deverá considerar em sua proposta o cascalhamento do Pátio do canteiro de obras com Brita, principalmente na região das edificações administrativas.
- 5.6.9. A CONTRATADA deverá instalar placas de identificação e sinalização de trânsito e de proteção ambiental nas pistas de acesso à obra, assim como na sinalização vertical interna do canteiro.

5.7. Canteiros e acampamentos

- 5.7.1. Os canteiros e acampamentos da CONTRATADA deverão ser implantados nas áreas especialmente designadas para tal fim e sua construção e infraestrutura deverá observar todos os regulamentos e leis trabalhistas em especial as Normas NR -18 Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção (Ministério do Trabalho) e NBR 12284 – Áreas de Vivência em Canteiros de Obras (ABNT). Além das edificações da CONTRATADA, tais como: oficinas, almoxarifado, central de concretos CCV e CCR, laboratórios de concreto e solos, refeitório, escritório, locais para armazenamento de lixo e outros de interesse a CONTRATADA deverá construir ou montar de maneira a se integrar com o escritório da CONTRATANTE, de forma a facilitar o acesso, a comunicação e a interação entre as partes.
- 5.7.2. A CONTRATADA deverá considerar em sua proposta e conformação do terreno ao término da obra e remoção das edificações de obra
- 5.7.3. A CONTRATADA deverá considerar em sua proposta a construção e manutenção das edificações:
- Escritório da fiscalização mobiliado e equipado com ar condicionado.
 - Viveiro de mudas
 - Centro de Triagem de animais silvestre
 - Sala de reuniões com capacidade para 12 pessoas mobiliado e equipado com ar condicionado, retroprojektor e tela, mesa de reunião, cadeiras.



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

- 5.7.4. Para as atividades de Supressão Vegetal os canteiros e acampamentos da CONTRATADA deverão ser implantados nas áreas especialmente designadas para tal fim e sua construção e infraestrutura deverá observar todos os regulamentos e leis trabalhistas em especial as Normas NR -18 Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção (Ministério do Trabalho) e NBR 12284 – Áreas de Vivência em Canteiros de Obras (ABNT).
- 5.7.5. A CONTRATADA deverá considerar em sua proposta o fornecimento e instalações provisórias de energia elétrica: postes, transformadores, fios e cabos e demais componentes em todas as edificações do canteiro e ainda iluminação nos caminhos de acesso a obra e estruturas em construção.
- 5.7.6. A CONTRATADA deverá manter na obra geradores diesel de emergência para suprimento das áreas críticas da obra, tais como centrais industriais, cozinha, esgotamentos de áreas ensecadas, iluminação de emergência, etc.
- 5.7.7. A energia elétrica será fornecida pela distribuidora local e será medida e paga pela CONTRATADA.
- 5.7.8. A CONTRATADA deve considerar em sua Proposta a possibilidade de instalação de rede de água industrial assim como o fornecimento da água potável e ainda, sistema de tratamento sanitário através de fossas, filtros e sumidouros, conforme ABNT.

5.8. Fontes de materiais e depósitos

- 5.8.1. Materiais Pétreos Brutos. Importação de Materiais Pétreos: Poderá ser trazido material pétreo de pedreiras em exploração, que deverão ser identificadas pela CONTRATADA.
- 5.8.2. Materiais Argilosos: Materiais obtidos nas escavações obrigatórias da obra. Os solos argilosos obtidos das escavações obrigatórias poderão ser utilizados na vedação das enceradeiras nas diversas fases. Para obtenção de volumes excedentes aos obtidos das escavações obrigatórias deverão ser exploradas áreas de empréstimo.
- 5.8.3. Serão liberadas para o CONTRATADA as áreas adquiridas pela CONTRATANTE, situadas nas redondezas da barragem e abaixo da cota do nível de água normal do reservatório, cota de alagamento e outras áreas previamente estudadas e aprovadas pela CONTRATANTE. A exploração de jazidas de materiais argilosos fora das áreas indicadas não será permitida. A CONTRATADA deverá realizar prospecções para determinar a localização. A CONTRATANTE considerará que a CONTRATADA adotou na elaboração de sua oferta a distância média de transporte DMT de até 3,00 Km, no caso imperativo de se ter que buscar material argiloso fora da área de propriedade da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá negociar a retirada do material com o Proprietário das terras e considerar em seu preço unitário o transporte do material até os estoques no canteiro de obras. A CONTRATANTE reserva-se o direito de buscar fontes alternativas com custos adequados.



5.9. Depósitos de materiais – bota fora

5.9.1. A CONTRATADA deverá maximizar a utilização de materiais provenientes das escavações obrigatórias, visando a redução ou eliminação de depósitos tipo bota fora. A constituição de depósitos de materiais indesejáveis, ou bota fora, será por conta exclusiva do CONTRATADA, incluindo os sistemas de drenagens e a recuperação ambiental da área afetada.

5.9.2. As áreas de bota fora são as indicadas na figura abaixo. Caso o CONTRATADA opte por áreas distintas das indicadas, deverá, previamente a operação do bota fora, obter autorização da CONTRATANTE.



Figura 02 – Local para Bota fora e Local da Caixa de empréstimo.

5.10. Situação fundiária

5.10.1. A Contratante declara que as áreas totais necessárias para a implantação da Barragem, do reservatório e demais obras auxiliares (incluindo jazidas e bota-foras) foram **integralmente desapropriadas ou adquiridas**. Desta forma, o serviço de Desapropriação, Indenização e Relocação de famílias e/ou benfeitorias **não faz parte do escopo da presente Contratação Semi-Integrada**.



6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- 6.1.1. Responder pelos serviços que executar, na forma da Lei;
- 6.1.2. Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- 6.1.3. Executar os trabalhos em perfeita conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 6.1.4. Prestar, sem ônus para a CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas verificadas nos trabalhos;
- 6.1.5. Cumprir os prazos estabelecidos, mantendo a CONTRATANTE informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços;
- 6.1.6. Desenvolver seus trabalhos em regime de colaboração com a CONTRATANTE;
- 6.1.7. Manter durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;
- 6.1.8. Na ocorrência devidamente comprovada da impossibilidade de se adquirir e empregar um material especificado deverá ser solicitado a sua substituição, a juízo da fiscalização que analisará sua qualidade, resistência, aspecto e preço;
- 6.1.9. Substituir qualquer trabalho impugnado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da impugnação;
- 6.1.10. Responsabilizar-se pelo recolhimento e apresentação das respectivas ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) referentes ao projeto;
- 6.1.11. Somente será admitida a substituição de profissional detentor de atestado apresentado, por outro com experiência equivalente ou superior. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá a indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico, e acompanhada da baixa da ART do profissional que está sendo substituído. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada pelo Município de São João da Boa Vista;
- 6.1.12. Fornecer, a pedido da fiscalização, a qualquer momento, todas as informações relativas à execução dos trabalhos, sem que tal atitude implique responsabilidade da fiscalização sobre a ação da mesma;
- 6.1.13. Fornecer e conservar, pelo período que for necessário, equipamentos mecânicos e ferramental adequado e, contratar mão-de-obra idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres, empregados e engenheiros que possam assegurar o progresso satisfatório dos trabalhos;



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

- 6.1.14. Fornecer, em tempo hábil, os serviços necessários para desenvolvimento do escopo, em decorrência do que não poderá a mesma solicitar prorrogações de prazo e nem justificar retardamento na conclusão dos trabalhos pelo fornecimento deficiente de materiais;
- 6.1.15. Responsabilizar-se por quaisquer danos materiais e ambientais que venham a ocorrer em virtude dos serviços realizados, bem como assumir integral responsabilidade pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução dos serviços contratados, isentando o poder público CONTRATANTE de qualquer responsabilização;
- 6.1.16. Observar todas as determinações de Convenção Coletiva de Trabalho, sob pena de retenção de pagamento e rescisão do contrato;
- 6.1.17. Realizar o descarte devido dos materiais, de acordo com as regras estabelecidas pela Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e demais normas aplicáveis vigentes;
- 6.1.18. Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.

6.2. Constituem direitos da CONTRATANTE:

- 6.2.1. Fazer alterações do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, que impliquem em acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado contratual do projeto, conforme artigos 133 da Lei 14.133/21;
- 6.2.2. Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços mediante pagamento único exclusivo dos trabalhos já executados e, a aquisição por ajuste entre as partes interessadas.
- 6.2.3. Exigir, sempre que necessário, quaisquer documentos adicionais para fins de fiscalização;

6.3. Constituem responsabilidades da CONTRATANTE:

- 6.3.1. Efetuar os pagamentos conforme estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro e Laudos de Medição;
- 6.3.2. Manifestar-se por escrito sobre Relatórios e demais elementos fornecidos pela Contratada, bem como solicitar da mesma forma as providências complementares que julgar necessárias à correção e revisão dos serviços;
- 6.3.3. Manter um Gestor de Contratos, designado através de portaria, e um Fiscal Técnico, como responsáveis para o acompanhamento dos trabalhos conforme exigido pelos arts. 117 e 174 da Lei 14.133/21.



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

6.4. Compromisso com integridade e anticorrupção

Cláusula de Compromisso com Integridade, Combate à Corrupção e Transparência.

A contratada, ao firmar o contrato oriundo desta licitação, declara e assume expressamente:

6.4.1. Que cumpre e continuará cumprindo, durante toda a vigência do contrato, a legislação brasileira relativa à prevenção e combate à corrupção, em especial:

6.4.1.1. Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção);

6.4.1.2. Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

6.4.1.3. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), quando aplicável;

6.4.1.4. Demais normas correlatas, incluindo regulamentos federais e estaduais aplicáveis à matéria.

6.4.2. Que se compromete a adotar práticas éticas, íntegras e transparentes, vedando a realização de qualquer ato que configure:

6.4.2.1. Promessa, oferecimento ou pagamento de vantagem indevida a agente público ou a terceiro relacionado;

6.4.2.2. Fraude na execução contratual, manipulação de medições, documentos ou processos administrativos;

6.4.2.3. Obstrução à atuação de órgãos de controle interno ou externo, ou à fiscalização da Administração Pública.

6.4.3. Que permitirá o livre e imediato acesso aos documentos, registros e instalações, sempre que solicitado por:

6.4.3.1. Representantes da Administração contratante;

6.4.3.2. Órgãos de controle externo (TCU, CGU, Ministério Público, etc.);

6.4.3.3. Auditorias, inclusive independentes, exigidas por convênios ou contratos com recursos de origem federal.

6.4.4. Que reconhece que o descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar:

6.4.4.1. Rescisão contratual por culpa da contratada;

6.4.4.2. Aplicação de sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

6.4.4.3. Comunicação aos órgãos de controle e autoridades competentes.



7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Somente serão medidos os serviços aprovados pela fiscalização, elaborados de acordo com as Leis vigentes, Normas técnicas aplicáveis e, fundamentalmente, que atendam aos critérios objetivos descritos neste Termo de Referência.

7.1.1. Quando se tratar de itens que dependem da aprovação de órgãos externos (ex: licenças ambientais), esses serão medidos somente após a apresentação do documento comprobatório.

7.1.2. A CONTRATANTE poderá exercer, a seu critério, o acompanhamento técnico de todos os serviços, visando à fiscalização no que se refere ao atendimento do Projeto Executivo, cumprimento das Especificações Técnicas e observação das Normas de Medição e Pagamento e a Qualidade dos Materiais empregados na construção. Esta fiscalização poderá ser exercida por efetivo próprio ou terceiros, prepostos da CONTRATANTE, devidamente apresentados ao CONTRATADO.

7.1.3. A CONTRATADA deverá garantir total e livre acesso da CONTRATANTE, a todos os locais onde estejam sendo desenvolvidas suas atividades, incluindo oficinas, canteiros, alojamentos e escritórios, colocando à disposição da CONTRATANTE quaisquer informações solicitadas.

7.1.4. A atuação da FISCALIZAÇÃO não eximirá ou amenizará a CONTRATADA de suas responsabilidades servindo somente para o reconhecimento das condições alcançadas na execução e liberação dos pagamentos devidos.

7.2. Medições e recebimento:

7.2.1. As medições para efeito do pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

7.2.1.1. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, bem como da documentação exigida, a Fiscalização atestará a medição, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizará a emissão da correspondente fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.

7.2.1.2. Os eventos serão medidos quando estiverem completos e aprovados pela fiscalização, conforme descritos no documento Planilha Orçamentária.



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

7.2.1.3. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA, contra o CONTRATANTE, e apresentadas para a Fiscalização.

7.2.1.4. A Fiscalização emitirá o Atestado de Realização dos Serviços em até 5 (cinco) dias contados a partir do recebimento da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

7.2.1.5. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias úteis contados da data de emissão dos Atestados de Realização dos Serviços, em conta-corrente da CONTRATADA, em conformidade com os serviços executados, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura.

7.2.2. O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7.2.3. O prazo para recebimento provisório será de até 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação escrita pela CONTRATADA, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, na forma expressa pela alínea 'a', inciso I, artigo 140, da lei Federal 14.133/21.

7.2.4. O recebimento definitivo dar-se-á por servidor ou Comissão designada pela Administração, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso de prazo de vistoria de até 90 (noventa) dias corridos, que comprove a adequação do objeto às condições contratuais, na forma expressa na alínea 'b', da legislação supra.

7.2.5. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

7.3. TABELA DE ENTREGAS POR ETAPAS DO CONTRATO

Etapa	Item da PO (Ex.)	Produto/Entrega	Prazo Máximo para Entrega	Crítérios de Aceitação (Base Seção 7.4 e Detalhamento)
1	2.1.1, 2.1.2.1	Cronograma físico-financeiro detalhado, Plano de Execução e ARTs dos responsáveis técnicos	Até 5 dias após Ordem de Início	Aprovação da Fiscalização e do Gestor do Contrato.
2	1.1.0.1 a 1.1.0.10	Projeto Executivo Completo e Caderno de Encargos, incluindo: Plantas, cortes, memorial, Plano de Controle Tecnológico, de Gestão de Riscos e de Sinalização.	Conforme Cronograma	Entrega em formato aberto (DWG) e PDF, com a respectiva ART e aprovação da Fiscalização atestando o cumprimento das normas ABNT.
3	1.2.0.5	Plano de Trabalho	Até 180 dias	Documento de gestão que detalha a metodologia de execução, equipe técnica alocada e cronograma revisado. Aprovado pela Fiscalização.
4	1.2.0.1	Protocolo de solicitação de Licença de Instalação (LI) (Dando continuidade ao Processo IMPACTO 178/2025)	Até 30 dias após Ordem de Início	Comprovação do protocolo formal junto à CETESB.
5	1.2.0.4	Laudo de Caracterização da Vegetação	Até 30 dias	Documento técnico, com a respectiva ART, que quantifica, classifica e localiza a vegetação para instruir a obtenção da ASV.
6	1.2.0.2	Protocolo de Autorização de Supressão Vegetal (ASV)	Até 30 dias após emissão da nova LI	Comprovação do protocolo formal junto ao órgão ambiental competente.
7	1.2.0.7 a 1.2.0.24	Relatórios Quadrimestrais dos Programas Ambientais (Incluindo os relatórios de Monitoramento Arqueológico - Item 1.2.0.16)	A cada 4 meses	A medição mensal será aceita mediante a entrega do Relatório Quadrimestral que cumpra integralmente os requisitos de conteúdo listados na Seção 5.4.
8	2.1 a 2.7	Execução de Obras Físicas (Obras civis e hidráulicas concluídas: barragem, vertedouro, drenagem, ponte, acessos)	Conforme cronograma (Mês 1 ao Mês 24)	Medição realizada por planilha de quantitativos executados e atestado pela Fiscalização.
9	1.2.0.25	Programa de Uso e Operação do Reservatório	Até 6 meses antes do enchimento	Documento formal que estabelece as regras de uso e operação. Aprovado pela Fiscalização.
10	1.2.0.27	Plano de Gestão Ambiental da Operação	Até 6 meses antes do enchimento	Inclui subprogramas pós-obra (Controle Erosivo, Monitoramento Limnológico/Qualidade d'água). Aprovado pela Fiscalização e Órgão Ambiental.
11	1.2.0.28	Manifestação da ANA e Plano de Segurança da Barragem	Junto à entrega final	Atestado de que o plano foi elaborado pela Contratada e submetido à Agência Nacional de Águas.
12	1.2.0.26	Banco de Dados, Resumo Executivo e Sistema Operacional de Monitoramento	Junto à entrega final	Base de dados georreferenciada, Resumo Executivo impresso/digital e sistema de monitoramento implementado. Aprovado pela Fiscalização.
13	1.2.0.3	Protocolo da Licença de Operação (LO)	Até 90 dias antes da conclusão	Comprovação do protocolo formal junto à CETESB.
14	Não Orçado	Declaração de Situação Fundiária Regularizada	Junto à Entrega Final	Comprovação formal de que todas as áreas necessárias para a implantação foram desapropriadas/adquiridas pela Contratante, retirando o risco da Contratada.
15	N/A	Termo de recebimento provisório	Até 15 dias após conclusão	Termo circunstanciado assinado pelas partes.
16	N/A	Termo de recebimento definitivo	Até 30 dias após vistoria final	Termo circunstanciado atestando a adequação do objeto.



Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

7.4. DETALHAMENTO DAS ETAPAS DE MEDIÇÃO (TR 7.2) POR ITENS DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PO)

Etapa (do TR)	Produtos a Medir (Conforme Itens da PO)
Etapa 1. Início da Execução	Itens 2.1.1 (Mobilização) e 2.2 (Administração Local - Mês 1)
Etapa 2. Projeto Executivo	Itens 1.1.0.1 a 1.1.0.10 (Todos os projetos executivos)
Etapa 3. Regularização Ambiental	Itens 1.2.0.1 a 1.2.0.6 (Licenças, Laudos, Planos)
Etapa 4. Programas Ambientais	Itens 1.2.0.7 a 1.2.0.27 (Execução mensal dos programas)
Etapa 5. Execução da Obra	Itens 2.1 a 2.7 (Serviços de Canteiro, Terraplenagem, Estruturas)
Etapa 6. Entrega Final	Itens 1.2.0.3 (Licença de Operação), relatórios finais, etc.



7.5. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO PARA PROGRAMAS AMBIENTAIS E PROJETOS

Produto (Item PO)	Unid.	Critério Objetivo de Aceitação
1.2.0.7 a 1.2.0.27 (Programas Ambientais)	MÊS	A medição mensal será aceita mediante a entrega do Relatório Quadrimestral (ou conforme periodicidade definida) que cumpra integralmente os requisitos de conteúdo listados na Seção 5.4 deste TR ¹¹ . O padrão de qualidade, detalhamento e metodologia esperado para a aprovação é o estabelecido no documento Relatório dos Programas Ambientais.pdf.
1.1.0.3 a 1.1.0.10 (Projetos Executivos)	UN	A medição da unidade será aceita mediante a entrega de todos os produtos listados na Seção 5.2 (plantas, memoriais, etc.) ¹³ , em formato aberto (DWG) e PDF, com a respectiva ART, e aprovação da fiscalização atestando o cumprimento das normas ABNT listadas no TR ¹⁴ .

7.5.1. Critérios de Aceitação para Planos e Programas: A aceitação e, conseqüentemente, a medição dos serviços de Projetos, Planos (ex: Plano de Trabalho) e Programas Ambientais listados na Seção 5.4 (incluindo Laudo de Caracterização da Vegetação e Monitoramento Arqueológico) serão condicionadas à entrega do documento técnico final, com a devida Anexação da ART de execução e, obrigatoriamente, à aprovação formal e por escrito da Fiscalização, atestando o cumprimento de todas as exigências do TR e da legislação aplicável (como IPHAN e CETESB, quando pertinentes).

7.5.2. Critérios para Banco de Dados e Sistemas: O produto Banco de Dados, Resumo Executivo e Sistema Operacional de Monitoramento só será aceito mediante a entrega da base de dados georreferenciada (Shapefile/KMZ) em formato aberto e a validação funcional do Sistema de Monitoramento testada e aprovada pela Fiscalização.



8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. OS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS SERÃO:

8.1.1. Valor Global menor que o total da Planilha Orçamentária.

8.1.2. Valores unitários: conforme pesquisa de mercado e Planilha Orçamentária

8.1.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

9. ESTIMATIVA DE PREÇOS

O custo estimado da contratação é de R\$ 44.450.877,45 (base SINAPI/SICRO - 09/2025), incluindo BDI, fator k e TRDE conforme planilha orçamentária.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes dessa contratação correrão no presente exercício à conta da dotação orçamentária específica.

São João da Boa Vista, 05 de março de 2026.

Julio Luis de Almeida Lino
Engenheiro Civil | CREA-SP 5062.87686-6
Departamento de Gestão e Planejamento Urbano

Luciano Lopes Gonçalves
Engenheiro Civil | CREA-SP 5070.53180-1
Departamento de Gestão e Planejamento Urbano